



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS  
Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares

*DSATS*  
A Secretária-Geral

*8.1.2008*  
*[Signature]*

Ofº nº 1267/MAP - 6 Fevereiro 08

Exma. Senhora  
Secretária-Geral da  
Assembleia da República  
Conselheira Adelina Sá Carvalho

Maria do Rosário Boléo  
Adjunta da Secretária-Geral

S/referência	S/comunicação de	N/referência	Data
Ofício nº 4921	27-12-2007	Registo nº 6406	28-12-2007

**ASSUNTO:** RESPOSTA REQUERIMENTO N.º 187/X (3ª) - AC DE 21 DE DEZEMBRO DE 2007, DOS SENHORES DEPUTADOS VASCO CUNHA E OUTROS (PSD)  
- BARRAGEM DE ALMOUROL ENTRE OS CONCELHOS DE ABRANTES E CONSTÂNCIA  
*Deb - Miguel Melvas*  
*- Maria Albuquerque*

Encarrega-me o Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares de enviar cópia dos ofícios n.º 437/2008/97 de 4 de Fevereiro do Gabinete do Senhor Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e n.º 70 de 7 de Janeiro do Gabinete do Senhor Ministro da Economia e da Inovação, sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

*Á DAPLEN*  
*08/02/08*  
*[Signature]*  
A Directora de Serviços

*ps* A Chefe do Gabinete

*[Signature]*

Maria José Ribeiro

SMM

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

246667

Gabinete da Secretária-Geral

08/02/07

Proc.º n.º 3

08.FEV.2008

O Chefe de Divisão

*[Signature]*



MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
*Gabinete do Ministro*

GABINETE do MINISTRO  
dos ASSUNTOS PARLAMENTARES

Entrada N.º 623

Data 06 / 02 / 2008

Exma. Senhora  
Dra. Maria José Ribeiro  
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o  
Ministro dos Assuntos Parlamentares  
Palácio de S. Bento  
1249-068 LISBOA

Sua referência  
10401/MAP

Sua comunicação de  
28/12/2007

Nossa Referência  
MAOTDR/437/2008/97  
PROCº 48.01

Data  
04-02-2008

Assunto: RESPOSTA AO REQUERIMENTO Nº 187/X/3ª - AC DE 21 DE DEZEMBRO DE 2007 -  
BARRAGEM DE ALMOUROL ENTRE OS CONCELHOS DE ABRANTES E CONSTÂNCIA

Em resposta ao requerimento nº 187/X/3ª, de 21 de Dezembro de 2007, encarrega-me Sua Excelência o Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, de informar V. Exa. que o assunto é o mesmo do requerimento nº 188/X/3ª e foi já respondido através do ofício deste Gabinete nº MAOTDR/407/2008/600 de 30 de Janeiro, que se anexa.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

*Luis Morbey*

Anexo: Cópia do mencionado





MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
*Gabinete do Ministro*

Exma. Senhora  
Dra. Maria José Ribeiro  
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o  
Ministro dos Assuntos Parlamentares

Palácio de S. Bento (A.R.)  
1249-068 Lisboa

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa Referência

Data

MAOTDR/407/2008/600  
PROCº 48.01

30-01-2008

ASSUNTO: REQUERIMENTO N.º 188/X/3.ª – AC DE 21 DE DEZEMBRO DE 2007 –  
BARRAGEM DE ALMOUROL, ENTRE OS CONCELHOS DE ABRANTES  
E CONSTÂNCIA, NO DISTRITO DE SANTARÉM

Relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, encarrega-me Sua Excelência o Ministro do Ambiente do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, de V. Exa. do seguinte:

O Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroeléctrico (PNBEPH) tem como objectivo identificar e definir prioridades para os investimentos a realizar em grandes aproveitamentos hidroeléctricos no horizonte 2007-2020.

A selecção dos aproveitamentos foi efectuada com base na definição e análise de alternativas, em que foram ponderados os aspectos técnicos, económicos, sociais e ambientais associados a cada aproveitamento, tendo em consideração as opções estratégicas definidas para o programa e os resultados da avaliação ambiental realizada.

Conforme referido no PNBEPH as características técnicas definidas para os diferentes aproveitamentos são preliminares, e visaram essencialmente a comparação e selecção dos aproveitamentos. Estudos específicos, mais detalhados (a nível de Estudo Prévio e de Projecto de Execução), a realizar para cada local irão otimizar alguns dos parâmetros que caracterizam os aproveitamentos, estabelecendo as características definitivas, designadamente o ajustamento da cota final do nível de pleno armazenamento da albufeira (NPA) e a potência a instalar.

Os aproveitamentos previstos no PNBEPH, não vão ser construídos pelo Estado, e no âmbito do procedimento de concurso a que estarão sujeitos nos termos da Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, os projectos serão sujeitos a um procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental onde serão analisados os diferentes impactes negativos resultantes da construção e exploração dos mesmos.

De realçar por último que a execução dos aproveitamentos previstos no PNBEPH será efectuada nos termos da legislação em vigor, e será precedida de todos os procedimentos aplicáveis em termos técnicos e ambientais, os quais determinarão a viabilidade ou não dos aproveitamentos seleccionados.





MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
*Gabinete do Ministro*

Conforme referido anteriormente os aproveitamentos previstos no PNBEPH, não vão ser construídos pelo Estado, e no âmbito do procedimento de concurso a que estarão sujeitos nos termos da Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, os projectos serão sujeitos a um procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental onde serão analisados os diferentes impactes negativos e positivos resultantes da construção e exploração dos mesmos e onde serão certamente abordadas as questões levantadas pela Câmara Municipal de Abrantes e outras entidades.

A proposta dos aproveitamentos a implementar resultou da Avaliação Ambiental de quatro opções estratégicas estabelecidas no âmbito da elaboração do PNBEPH: Opção A: Potencial hidroeléctrico dos aproveitamentos; Opção B: Optimização do potencial hídrico da bacia hidrográfica; Opção C: Conflitos/Condicionantes ambientais; Opção D: Ponderação energética, sócio-económica e ambiental.

A avaliação foi desenvolvida recorrendo a técnicas de análise *SWOT*, o que permite determinar pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças. Foi assim possível obter um diagnóstico do estado actual e da tendência de evolução para cada um dos factores críticos de avaliação: Alterações Climáticas, Biodiversidade, Recursos Naturais e Culturais, Riscos Naturais e Tecnológicos, Desenvolvimento Humano e Competitividade.

De salientar que os resultados obtidos apenas permitem efectuar a comparação entre aproveitamentos, não permitindo concluir sobre os impactes induzidos por cada aproveitamento, avaliação esta que terá lugar em sede de Avaliação de Impacte Ambiental.

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT), foi consultada nos termos dos artigos 5.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho.

O resultado da consulta efectuada nos termos do artigo 5.º está incluído no Anexo I do Relatório Ambiental do PNBEPH.

Não foi recebida qualquer resposta da CCDRLVT no âmbito da consulta efectuada nos termos do artigo 7.º, como se pode depreender do exposto no Relatório de Consulta no âmbito da Avaliação Ambiental.

As consultas efectuadas nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, decorreram nos prazos estipulados legalmente e sem qualquer carácter de urgência.

A consulta pública foi publicitada através dos meios electrónicos de divulgação, no sítio do Instituto da Água, I.P., e através de um anúncio publicado no jornal "Diário de Notícias" de 2 e 3 de Outubro, em obediência do disposto nos n.º 7 e 8 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho.

O início da consulta pública foi assinalado com uma apresentação pública do Projecto de PNBEPH, no Museu da Água, no dia 1 de Outubro, que contou com a presença de Sua Excelência o Primeiro Ministro e de Suas Excelências os Ministros da Economia e Inovação, e do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, tendo o evento sido amplamente noticiado nos órgãos de comunicação social.



MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
*Gabinete do Ministro*

No âmbito da consulta pública decorreram ainda sessões públicas de esclarecimento em Coimbra, no Porto e em Lisboa, igualmente divulgadas no sítio do INAG, I.P.  
No período de consulta pública o PNBEPH foi ainda objecto de apresentação e debate nas seguintes sessões:

- Apresentação do PNBEPH aos deputados da Comissão Eventual para o Acompanhamento das Questões Energéticas na Assembleia da República;
- Sessão Técnica promovida pela Associação Portuguesa de Recursos Hídricos;
- Sessão Técnica no Instituto Superior Técnico;
- Apresentação ao Conselho Nacional da Água.

Com os melhores cumprimentos, 

O Chefe do Gabinete



*Luís Morbey*

/EG